



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

Educação brasileira no século XIX: Um olhar crítico sobre o ensino do campo

SERGIO LUIZ LOPES

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO Este texto é fruto de minhas reflexões sobre educação do campo nos últimos anos; pretende abordar a educação brasileira dentro de um contexto político complexo ao longo das décadas do século XIX, quando se têm registros das primeiras escolas destinadas à formação de professores da ex-colônia de Portugal e debates sobre a escola naquele momento. Nesta perspectiva, procurar-se-á enfatizar aspectos gerais da escola e do ensino no Brasil. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico exploratório e vivências em sala de aula nos cursos de pedagogia em Natal, Universidade Estadual Vale do Acaraú e em Roraima, Universidade Federal de Roraima. O texto a seguir está estruturado da seguinte maneira: 1. As primeiras palavras. 2. A educação do campo no contexto do século XIX. Por fim, as considerações finais. **PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Educação do campo. Escola e ensino

ABSTRACT This text is the result of my reflections on rural education in recent years; aims to address the Brazilian education in a complex political context over the decades of the nineteenth century, when they have records of the first schools for the training of teachers of the former colony of Portugal and debates about the school at that time. In this regard, it will be made to emphasize general aspects of school and education in Brazil. This is an exploratory bibliographic nature study and experiences in the classroom in teaching courses in Christmas Valley State University Acaraú and Roraima, Federal University of Roraima. The following text is structured as follows: 1. The first words. 2. Education field in the context of the nineteenth century. Finally, the final considerations.

KEYWORDS: Education. Education field. School and education

1. As primeiras palavras [...] Nas primeiras décadas do século XIX, explode uma carga de

mudanças, vivencia-se, nesse momento, o que é designado como Modernidade, com características educacionais diferentes daquelas apresentadas pelos modelos precedentes; clarifica-se o ideário de uma escola mais presente na sociedade. Gradualmente, vão-se arrefecendo as ordens típicas de épocas anteriores e aparecendo novos desdobramentos sociais e políticos. É sabido que há bastante tempo à educação brasileira assumira papel elitista. Pode-se observar a partir de um olhar mais reflexivo que as políticas públicas não chegavam para as camadas populares do país; uma educação dirigida para poucos, portanto restritiva, exclusiva e excludente, enfim, uma educação que agia ou age a fim de fornecer privilégios a uma elite dominante, ora representada pela igreja, ora pela nobreza e nos últimos séculos pela burguesia nascente. **2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DO SÉCULO XIX** A seção se propõe fazer uma reflexão sobre a educação brasileira no século XIX, dentro de um contexto sociocultural no qual ela estava inserida, uma vez que seus conteúdos foram acentuadamente influenciados pela dinâmica do contexto nacional e internacional da época; compreende-se não ser uma tarefa fácil. Não pretendo esgotar o debate sobre os aspectos que marcaram a educação no século XIX no Brasil. Tradicionalmente, a questão da educação no século XIX, tem um viés elitista, com os seus colégios suntuosos, prédios sofisticados construídos principalmente a partir dos séculos XVII-XVIII. A seção cobre uma área carente de nossa história da educação, pois esse era carente de maiores informações. Como afirma Teixeira (1969), é impossível analisar a educação sem levar em conta as condições mais amplas da sociedade e da cultura, pois há entre essas esferas uma relação orgânica que possibilita à educação ajustar-se a determinada ordem social, produzi-la e reproduzi-la. Em suas palavras,

Não se pode descrever e analisar a educação no Brasil sem ter em vista as suas conexões com a cultura e a sociedade brasileiras. Tratá-la como se fosse um serviço adicionado à sociedade, cuja qualidade, extensão e distribuição caberia apreciar, não seria, por certo, inútil, mas deixaria de lado a explicação do porque é o que é e se distribui como se distribui. A qualidade, o conteúdo e a distribuição da educação são determinados pelas condições sociais e culturais e revelam formas e modos de atingir e preservar objetivos e valores, nem sempre expressos, mas importantes e queridos da organização social existente. (TEIXEIRA, 1969, p. 285).

Em concordância com as palavras de Teixeira (1969), pontuam-se, a seguir algumas características básicas da sociedade brasileira naquele momento, para depois refletir-se mais detidamente sobre a educação nesse período. Sabe-se que, entre os séculos XV e XIX (1500 a 1822), o Brasil esteve sob o domínio de Portugal, como sua colônia. Dizer isso implica considerar que o

Brasil cumpriu a missão histórica das colônias, que, de acordo com Romanelli (1998), era atender as necessidades da metrópole, gerando riquezas para satisfazer os interesses econômicos – no caso brasileiro, de Portugal. Assim, o sistema de colonização foi uma exigência da política comercial mercantilista, a qual, impulsionada pela necessidade da acumulação de lucros, defendia o monopólio do comércio colonial pela metrópole (Portugal). Diante disso, o início da formação social brasileira esteve ligado diretamente à expansão do mercantilismo, subordinada aos imperativos da Coroa Portuguesa. É nesse contexto que a sociedade brasileira será erguida. Destarte, a pedagogia jesuítica consubstanciada no *Ratio Studiorum* (1599)² pode ser lida considerando-se a época na qual a última versão dessa obra foi divulgada como de características conservadoras, tendo em conta os pressupostos que lhe estiveram subjacentes e o contexto no qual foi concebida, o da Contrarreforma. Nessa orientação pedagógica, entendida pelos jesuítas como método, a preleção adquire centralidade, com a finalidade de desenvolver e ativar o espírito. Porém, com o passar do tempo, o processo de ensino, na congregação jesuíta, deixa de lado pressupostos conservadores e adota a pedagogia inaciana, que exige do professor um novo modo de entender a relação com o conhecimento, com a participação do aluno no processo de conhecimento, destacadamente por meio da reflexão e da descoberta. Aqui a pedagogia inaciana é fundada em valores como cooperação, solidariedade e consciência crítica, oportunizada por meio do constante exercício reflexivo e problematizador sobre a realidade objeto de conhecimento, que personaliza a aprendizagem, motivando e envolvendo os alunos de forma crítica e ativa no processo de ensino e de aprendizagem. Vale salientar que a presença dos jesuítas³ no Brasil se estende de 1549 a 1759. Portanto, trata-se de mais de duzentos anos a serviço da educação, com quase nenhuma mudança do ponto de vista didático-pedagógico. Nesse último ano, eles foram expulsos pelo Marquês de Pombal, que prometia fazer mudanças profundas na educação da Colônia. Na verdade, essa foi à época de menor contribuição para a melhoria do ensino no Brasil. Já no início do século XIX, a educação começou a tomar novo rumo. Provavelmente porque a Corte portuguesa, instalada no Brasil, precisava criar estrutura socioeconômica e política para dar suporte à nova administração da Colônia. No século XIX⁴, a Europa vivia um momento de mudanças. E vale salientar que nesse momento a educação

européia migrou para os “bancos escolares” do Novo Mundo. Na avaliação⁵, o poder da oratória era bastante presente: havia instrução específica para que os jesuítas transmitissem com eficácia a palavra aos seus “seguidores”. A oratória era considerada ferramenta imprescindível na persuasão. Pode-se dizer que a qualificação dos professores era um fator degradante, uma vez que não havia aprimoramento. No plano econômico, a educação não teve trânsito, pois faltavam recursos até para as áreas prioritárias. No decorrer do século XIX⁵, conteúdo e método de ensino fizeram parte do intenso debate sobre a questão política da educação popular (aparecem então os primeiros debates em torno de educação para as diversas classes sociais) e os meios para efetivá-la, entre eles, melhor organização pedagógica para a escola primária⁶. Em toda parte, difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social. A ideia de uma escola nova para a formação do homem novo articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e o processo de urbanização. O fenômeno, de âmbito mundial, foi alimentado pela circulação de ideias e modelos gerados nos países ditos “civilizados” na época. Os mais variados temas da organização escolar tornaram-se objeto da reflexão política e pedagógica: os métodos de ensino; a ampliação dos programas com a inclusão de novas disciplinas, livros e manuais didáticos; a classificação dos alunos; a distribuição dos conteúdos e do emprego do tempo; o mobiliário, os materiais escolares, os certificados de estudos; a arquitetura; a formação dos professores; a disciplina escolar. Em que pesem as particularidades locais, o fenômeno da escolarização em massa, configurado a partir da segunda metade do século XIX, apresentou muitos aspectos comuns de abrangência global; entre eles: a obrigatoriedade escolar; a presença e a responsabilidade do aparelho do Estado para gerenciar o ensino público; a secularização do ensino e a secularização da moral; a nação e a pátria como princípios norteadores da cultura escolar; a educação popular concebida como um projeto de integração ideológica e política. Dessa forma, a construção dos Estados-nação e a modernização social foram os pilares sobre os quais se alicerçaram os ideais e as políticas de inovação educacional no final do século XIX e início do século XX. No Brasil, não foi diferente. Nasce, assim, no final do século XIX, a escola nova⁷, tendência que insere o aluno como sendo centro, e o professor como facilitador da aprendizagem. A preocupação com o método estava presente: os conteúdos

precisavam ser compreendidos, não decorados. A avaliação é compreendida como *um processo válido para o próprio aluno e não para o professor e por isso constitui apenas uma das etapas da aprendizagem, e não o seu centro.* (ARANHA, 1989, p.111). Porém a qualidade da avaliação realizada pela escola nova tornou o ensino elitizado com algumas consequências. A escola popular foi elevada à condição de redentora da nação e instrumento de modernização por excelência. Isso pode ser claramente percebido no substitutivo de reforma do ensino primário apresentado por Rui Barbosa, cujos argumentos centrais consideravam a imprescindibilidade da renovação pedagógica e a inspiração no modelo dos países avançados. A estratégia instituinte do reformador buscou a afirmação do novo pela contundente desqualificação das escolas e das práticas vigentes. No lugar, Rui advogava uma escola primária obrigatória e laica com oito anos de duração, dividida em três graus: o elementar e o médio, cada um com dois anos de duração, e o superior, com quatro anos. A educação integral foi importante para o fundamento pedagógico – seleção dos conteúdos para a escola primária. Delineia-se uma nova cultura escolar com justificações filosóficas e pedagógicas para amparar um projeto de fundo político e social. Nesse processo, estiveram em jogo a substituição de uma cultura literária pela cultura científica, no ensino secundário, e a difusão de conhecimentos úteis de natureza social, moral e cívica, no ensino primário. A renovação pedagógica e a constituição de currículos modernos não alteraram, contudo, o caráter de distinção de classes próprio da educação burguesa: o ensino secundário de cultura geral, para a formação das elites, e o ensino primário voltado para a formação dos trabalhadores. Alguns analistas em educação (TEIXEIRA, 1969; ROMANELLI, 1983; ARANHA, 1989; AZEVEDO, 1996; RAMALHO, 2003; STEPHANOU & BASTOS, 2004) afirmam que somente no final do Império e começo da República delineia-se uma política educacional estatal, fruto do fortalecimento do Estado. Até então, a política educacional era feita quase exclusivamente no âmbito da sociedade civil, pela igreja católica. Durante a Colônia (1500-1822), a educação assegurava o domínio dos portugueses sobre os índios e os negros escravos. No final desse período e durante o Império (1822-1889), delineia-se uma estrutura de classes, e a educação, além de reproduzir a ideologia, passa a reproduzir também a estrutura de classes. **Á guisa de conclusão** O texto se propôs a fazer uma análise de algumas características da escola brasileira ao longo do

século XIX. A seguir pontuo algumas notas reflexivas sobre o período estudado: 1. A educação brasileira ao longo do processo estudado sempre foi elitista e com características alheias à realidade histórica; poucas escolas em áreas do campo e quase nenhuma possibilidade de mobilidade social daqueles que não exerciam papel de destaque na sociedade. Uma escola elitista e aos moldes aristocráticos, o que impossibilitava a ideia de envolver aquilo que Comenius (2002) tentou, “ensinar tudo a todos.” A escola seguiu com características burguesas até o término do século XIX quando pequenos grupos de estudiosos se mobilizam para pensar uma escola aberta e de qualidade para todos que culminará nos anos 30 do século XX, no movimento chamado de escolanovismo; 2. É possível perceber que ocorreu instrução no país, porém uma instrução que atendia minimamente os sujeitos despossuídos de bens. A instrução oferecida era com forte teor de alienação. Tais motivos estavam intimamente ligados à situação do país, ao qual se via preso aos interesses do capital de grupos dominantes; 3. O sistema de ensino brasileiro ainda nesse período encontrava-se incipiente e com poucas vagas; ofertava-se somente aos meninos, às meninas restavam as prendas domésticas; somente a partir de 1827, com a implantação da Lei Geral do Ensino, na qual se encontravam as ideias do dever do Estado relativo à educação, única lei relativa ao ensino elementar até 1946, que houve uma organização docente no Brasil; 4. Por fim, pode-se salientar que estava nascendo uma escola com valores científicos e aos poucos um debate sobre escolas populares, dando origem ao movimento já no século XX, conhecido como escola nova.

REFERÊNCIAS ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. São Paulo: moderna, 1989. AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira – introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. CHIZZOTTI, A. A Constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, O. *A Educação nas constituintes brasileiras 1823 – 1988*. 2. ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2001. FILHO, Geraldo. *A educação brasileira no contexto histórico*. 2. ed. Campinas, São Paulo. Alínea, 2004. FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952. FRANCO, Sérgio Roberto Kieling. *O construtivismo e a educação*. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 1997. HOFFMANN, J. M. M. *Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. Porto alegre: Mediação,

1998. RAMALHO, Betânia Leite. *A desprofissionalização do magistério*. O caso da educação rural no nordeste brasileiro. Tese (doutorado em pedagogia aplicada) – Universidad Autônoma de Barcelona. Barcelona, Espanha, 1993. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 20 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998. STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2004. (Volume 1). TEIXEIRA, Anísio. *Pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

Notas. ^[1] Ao invés do termo rural, usarei a expressão educação do campo, uma vez que se entende na contemporaneidade a educação do campo, como um processo que envolva os sujeitos a partir de suas necessidades e entendimentos sobre o local, respeitando os valores historicamente construídos. ² Nesse documento, vê-se que a metodologia de ensino era a mesma em todas as disciplinas. Exigia-se uma boa formação do professor e grande esforço de memória dos alunos, obrigados a decorar as aulas. Estas principiavam pela leitura do passo do estudo pelo professor no compêndio, ao que seguia uma exposição sobre o sentido do texto, destacando-se suas ligações com o aprendizado anterior. O professor explicava frase por frase, depois retornava ao início do texto, fazendo observações compatíveis com o nível da classe. Ver mais sobre isso em Leonel Franca (1952). ³ A Companhia de Jesus foi oficializada pela Igreja em 1540, numa época caracterizada por divisão e conflitos dentro da Igreja, sendo a Reforma Protestante o principal deles. Além disso, foi o período da expansão das fronteiras geográficas, com a descoberta da América e a abertura de novas rotas comerciais na Ásia, além da vivência em todo o mundo de uma autêntica revolução no campo das ciências e das letras. A Companhia tentou dar uma resposta positiva a esses desafios, atuando em quatro campos: serviço ao povo cristão na defesa e promoção da fé; propagação da fé nos territórios de missão; educação da juventude. A atividade educativa tornou-se a principal tarefa dos jesuítas. A gratuidade do ensino da antiga Companhia favoreceu a expansão de seus Colégios. No final do século XVI, o número de colégios elevou-se a 372. A experiência pedagógica dos jesuítas sintetizou-se num conjunto de normas e estratégias chamado a "*Ratio Studiorum*" (Ordem dos Estudos), que visava à formação integral do homem cristão, de acordo com a fé e a cultura daquele tempo. (Ver mais em

ROMANELLI, 1998; FILHO, 2004). ⁴ A educação jesuítica já era considerada arcaica nesse momento: uma pedagogia monopolista no ensino, forjada pela Companhia de Jesus. A diferença intelectual entre Portugal e os países da Europa era tão marcante que se refletia, inclusive, na própria economia, razão pela qual surgiram movimentos contrários à permanência dos jesuítas nos territórios portugueses. Na verdade, Portugal tinha suas razões para mudar o rumo da educação, que se fundava, unicamente, nos princípios religiosos. Entenderam os portugueses que o modelo jesuítico de educação implantado fora responsável pela decadência econômica e social, em relação às demais nações europeias; isso porque a Companhia de Jesus era detentora de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo, e que educava o cristão a serviço da ordem religiosa, e não dos interesses do reino. É importante atentar para o fato de que se trata de um período que marcou profundamente a vida política do Brasil, em decorrência de razões políticas no outro lado do Atlântico. Portugal viu-se frente ao bloqueio continental imposto por Napoleão Bonaparte, no início do século XIX. Esse evento forçou a Família Real a fugir, com apoio da Inglaterra, para o Brasil. A administração de D. João perdurou de 1808 a 1821, período conhecido como “joanino”. (Ver mais sobre isso em Romanelli, 1998). ⁵ No Brasil, até o século XIX o estudo era concebido como forma de ascensão social e estava voltado para o controle dos processos de certificação. Tinha caráter verbalista, extremamente autoritário, inibidor da ação ativa por parte do aluno, não permitia o desenvolvimento da iniciativa, ou espontaneidade na realização de qualquer criação dele. O ensino era centrado no professor, que apresentava os conteúdos totalmente desvinculados da realidade, não havendo nenhuma articulação com o contexto social ou com o momento histórico que estava sendo vivenciado. ⁶ Para realizar esta análise, utiliza-se, como principal fonte de pesquisa o parecer de Rui Barbosa acerca da *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública (1883)*, em especial o volume concernente à discussão sobre métodos e programa escolar (volume V, tomo II, das *Obras Completas de Rui Barbosa*). Esse documento é uma das primeiras obras, e a mais completa delas, sobre a organização pedagógica da escola primária e sobre política de educação popular produzida no Brasil no século XIX. ⁷ O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil no momento em que o país sofria importantes mudanças econômicas, políticas e sociais. O acelerado processo

de urbanização e a expansão da cultura cafeeira trouxeram o progresso industrial e econômico para o país, porém com eles surgiram graves conflitos de ordem política e social, acarretando, assim, uma transformação significativa da mentalidade intelectual brasileira. No cerne da expansão do pensamento liberal no Brasil, propagou-se o ideário escolanovista. O escolanovismo brasileiro está ligado a certas concepções de John Dewey, que acredita ser a educação o único meio realmente efetivo para a construção de uma sociedade democrática, que respeite as características individuais de cada pessoa, inserindo-a em seu grupo social com respeito a sua unicidade, mas como parte integrante e participativa de um todo. Anísio Teixeira, o mais importante seguidor das ideias deweyanas no Brasil, vê a sociedade em constante transformação, tanto social como econômica e politicamente. A escola, por sua vez, deveria formar indivíduos aptos a refletir sobre essa sociedade e inserir-se nela liberdade individual e sua responsabilidade diante do coletivo. Logo, o resultado da educação escolarizada deveria ser o indivíduo integrado à democracia, ou seja, o cidadão democrático. Teixeira (1969) vê a sociedade como dinâmica e em pleno curso de transformação. Ciente do momento propício para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária – a sociedade democrática –, ele propõe não só a transformação dos conceitos básicos educacionais, mas a reestruturação moral e social da sociedade. Vê-se que construtivismo é a ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado, mas se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais. E se constitui por força de sua ação, e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que se pode afirmar que, antes da ação, não há psiquismo nem consciência nem, muito menos, pensamento. Entende-se que o construtivismo na educação poderá ser a forma teórica ampla que reúna as várias tendências atuais do pensamento educacional. Tendências que têm em comum a insatisfação com um sistema educacional que teima (ideologia) em continuar essa forma particular de transmissão que é a escola, que consiste em fazer repetir, recitar, aprender, ensinar o que já está pronto, em vez de fazer agir, operar, criar, construir a partir da realidade vivida por alunos e professores, isto é, pela sociedade – a próxima e, aos poucos, as distantes. A educação deve ser

um processo de construção de conhecimento para o qual concorrem, em condição de complementaridade, por um lado os alunos e professores e, por outro, os problemas sociais atuais e o conhecimento já construído (acervo cultural da Humanidade). (Ver mais sobre construtivismo em Franco (1997), Hoffman (1998)).

* Professor Assistente A, nível I, Professor do Curso de Licenciatura em EDUCAÇÃO DO CAMPO, da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, na base Formação de educadores: Saberes e competências, coordenada pelo prof. Dr. Bernard Charlot (PARIS VIII-UFS), dentre outros. Professor das disciplinas: sociologia e psicologia, ecologia e desenvolvimento humano (graduação) e História da educação do campo e interculturalidade (Mestrado em educação, Universidade Estadual de Roraima-Instituto Federal de Roraima). Líder do grupo de pesquisa, Formação de professor e práticas educativas para o campo. Coordenador do Programa de Bolsas de Iniciação à docência (PIBID) da área de Ciências Humanas e Sociais (CHS). Trata da formação inicial de um grupo de jovens do curso de Educação do campo com alunos do campo e indígenas da própria universidade. Organizador do livro, Práticas educativas na educação do campo.

Recebido em: 19/07/2016

Aprovado em: 20/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlot

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: